

CEBRI 

CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS



ALTAMIRA
AVENIDA
DE MIRANDA



Breaking News #29

A crise na Venezuela

MARÇO DE 2019

Sobre o CEBRI

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é um *think tank* independente, que contribui para a construção da agenda internacional do Brasil. Há vinte anos, a instituição se dedica à promoção do debate plural e propositivo sobre o cenário internacional e a política externa brasileira.

O CEBRI prioriza em seus trabalhos temáticas de maior potencial para alavancar a inserção internacional do país à economia global, propondo soluções pragmáticas na formulação de políticas públicas.

É uma instituição sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro e reconhecida internacionalmente. Hoje, reúne cerca de 100 associados, que representam múltiplos interesses e segmentos econômicos, e mobiliza uma rede de profissionais e organizações no mundo todo. Além disso, conta com um Conselho Curador atuante e formado por renomados diplomatas, intelectuais e empresários.

www.cebri.org

EQUIPE CEBRI | Diretora Executiva: **Julia Dias Leite** | Gerente Geral: **Luciana Gama Muniz** | Gerente de Relacionamento Institucional e Comunicação: **Carla Duarte** | **PROJETOS** > Coordenadora Acadêmica e de Projetos: **Monique Sochaczewski** | Coordenadora: **Cintia Hoskinson** | Coordenadora: **Maíra Celidônio** | Analistas: **Gabriel Torres; Teresa Rossi** | Assistentes: **Carlos Arthur Ortenblad Jr.; Mônica Pereira** | Estagiário: **Luiz Gustavo Carlos** | **COMUNICAÇÃO** > Consultor: **Nilson Brandão/Conteúdo Evolutivo** | Assistente: **Gabriella Cavalcanti** | **EVENTOS** > Coordenadora: **Giselle Galdi** | Assistente: **Beatriz Garcia** | Estagiária: **Danielle Batista** | **INSTITUCIONAL** > Coordenadora: **Barbara Brant** | Consultora: **Gina Leal** | Secretária Executiva: **Danielle Pascarella Justa** | **ADMINISTRATIVO** > Coordenadora: **Fernanda Sancier** | Assistente: **Ana Beatriz Paiva** | Serviços Gerais: **Maria Audei Campos**

FICHA TÉCNICA BREAKING NEWS | Texto: **Alexandre Gaspari** | Foto capa: **Wikimedia/The Photographer** | Projeto Gráfico: **Presto Design**

Todos os direitos reservados: CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - Rua Marquês de São Vicente, 336 - Gávea - Rio de Janeiro / RJ - CEP: 22451-044 Tel + 55 21 2206-4400 - cebri@cebri.org.br - www.cebri.org

No dia 11 de março de 2019, o CEBRI, em parceria com a Firjan, promoveu a mesa-redonda “A crise na Venezuela”, na Casa Firjan. Moderada pelo jornalista e ex-deputado federal Fernando Gabeira, o debate contou com as participações do embaixador Marcos Azambuja; do general de brigada Gustavo Henrique Dutra de Menezes; da professora do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio, Andrea Hoffmann; e do especialista em petróleo Jorge Camargo, Conselheiro do CEBRI.

Com a presença de cerca de 200 pessoas, o evento se propôs a fazer um diagnóstico mais preciso da situação atual do país vizinho e a discutir soluções para a crise político-institucional e econômica que afeta a população venezuelana há cerca de dez anos. Recentemente, houve ainda fatos tais quais ameaças de intervenção militar pelos Estados Unidos, expulsão de jornalistas e diplomatas críticos ao regime de Nicolás Maduro e mais sanções econômicas.

A posição e o peso geopolítico do Brasil na América do Sul também justificam o grande interesse do país na resolução da questão venezuelana. Com a explícita mudança na condução das relações com o país vizinho ocorrida a partir de 2016 e a posse de Jair Bolsonaro em janeiro último, há uma preocupação crescente com o posicionamento brasileiro diante do agravamento da crise na Venezuela.

Mais do que respostas, os debates serviram para trazer informações mais precisas ao público, a partir de perspectivas brasileiras, e para aproximar os discursos quanto à posição que o país deve assumir para manter sua tradição diplomática na liderança de conflitos no continente.

Esta edição do CEBRI Breaking News detalha as discussões sobre a crise venezuelana e seus futuros desdobramentos. Aproveitamos a oportunidade para agradecer a participação dos debatedores e ao público presente ao evento.

Breaking News #29

A crise na Venezuela

MARÇO DE 2019

A já deteriorada situação sócio-político-econômica da Venezuela se agravou ainda mais nas últimas semanas. O país, que há cerca de dez anos vive uma crise humanitária e institucional, viu a disputa entre o governo de Nicolás Maduro e a oposição chegar a seu ápice, com a autoproclamação de Juan Guaidó como presidente venezuelano e o reconhecimento de sua liderança por diversos países do Ocidente.

O embate provocou o fechamento das fronteiras da Venezuela com a Colômbia e o Brasil e a recusa da ajuda humanitária ofertada pelos Estados Unidos. Um dos mais recentes problemas foi o apagão elétrico ocorrido no início de março, que afetou ainda o estado de Roraima e gerou troca de acusações de ambos os lados.

O cenário, já tenso, tornou-se ainda mais delicado para as nações vizinhas e a comunidade internacional. Além da preocupação dos países sul-americanos com os efeitos da crise venezuelana em seus territórios, há apreensão pelo fato de o conflito refletir a disputa geopolítica global entre os norte-americanos, que apoiam Guaidó, e China e Rússia, que defendem a permanência de Maduro.

Como o maior país da América do Sul, e por sua histórica posição de liderança na solução de conflitos no continente, o Brasil vem sendo pressionado a assumir papel de destaque na resolução da crise venezuelana. Há, contudo, sinais contraditórios sobre como o país irá exercer essa condição.

A atual aproximação político-ideológica com os Estados Unidos sugeriu que o Brasil poderia participar de uma intervenção militar no país vizinho liderada pelas forças armadas norte-americanas. Essa possibilidade, porém, preocupa analistas por representar uma ruptura com as estratégias diplomáticas pacifistas historicamente desenvolvidas pelo país.

Especialistas concordam que o ciclo político inaugurado por Hugo Chávez em 1999 e continuado por Nicolás Maduro desde 2013 está extremamente desgastado e próximo de seu fim. A grande questão é saber como se dará a transição da fase populista Chávez--Maduro para tempos democráticos e como o Brasil deve atuar para garantir que tal mudança seja a menos traumática possível.

A questão venezuelana está bastante presente na realidade brasileira. Não apenas pela chegada de refugiados a Roraima, mas por ter agravado a polarização política que ocorre no país desde 2014, o que influenciou as eleições de 2018. Chávez e Maduro receberam apoio diplomático do Brasil durante governos anteriores, e há quem credite a esse apoio parte da crise institucional que se abateu sobre os vizinhos.

CONTEÚDO RECOMENDADO

Fugindo do paraíso



Foto: Reprodução/Wikimedia

<https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral/fugindo-do-paraiso.70002200566>

Brasil: protagonismo sem salvacionismo

É consenso que o Brasil pode protagonizar as negociações para o fim da crise venezuelana. O que também parece ser ponto pacífico é que, para isso, o país deve manter sua tradição diplomática de negociador. Ou seja, cabe ao Brasil auxiliar, mas não intervir no país vizinho, respeitando estritamente a soberania dos venezuelanos.

CONTEÚDO RECOMENDADO

Brasil não deve intervir na Venezuela, defende diplomata



Foto: Valor

<https://www.valor.com.br/internacional/6154167/brasil-nao-deve-intervir-na-venezuela-defende-diplomata>

A principal mediação para a transição política na Venezuela deve ser liderada por organismos internacionais, como a ONU e a OEA. O Brasil participaria da força-tarefa liderada por essas instituições, evitando movimentos intervencionistas que poderiam ser arriscados e mais danosos ao já complicado cenário venezuelano – e mesmo para o Brasil.

Qualquer ação militar deve ser feita com autorização do Conselho de Segurança da ONU e liderada pelas forças da organização. Não se justificaria, assim, uma intervenção militar direta brasileira, bem como a permissão das autoridades brasileiras para que forças militares de outros países usem o território nacional para intervir na Venezuela. Há exemplos globais de intervencionismos unilaterais

que não deram resultado, piorando a situação dos países que passaram por elas, como o Afeganistão, o Iraque e a Líbia.

A cautela também se justifica quando se vislumbra o longo prazo. Afinal, além das ligações econômicas e energéticas entre Brasil e Venezuela, os dois países detêm cerca de 2 mil quilômetros de fronteiras em comum, ainda que a maior parte delas seja ocupada pela Floresta Amazônica e com barreiras geográficas que dificultam o deslocamento.

A prudência vale mesmo em relação à ajuda humanitária aos venezuelanos. Novamente, caberia ao país reforçar ações de entidades globais, como a Cruz Vermelha Internacional, de forma a contribuir da forma mais apropriada e também evitar que a ajuda humanitária tenha viés político, o que comprometeria sua efetividade.

Voltando à transição política venezuelana, novamente o Brasil terá de agir com serenidade. Se Maduro parece estar com seus dias contados à frente da presidência daquele país, Guaidó também não demonstra ser a pessoa que irá substituí-lo no comando da Venezuela, pois, aparentemente, detém mais apoio externo que interno.

Um reforço à adoção de neutralidade pelo Brasil sobre o futuro político dos venezuelanos pode estar no México. O país, um dos principais parceiros comerciais dos Estados Unidos, tem se mantido à distância da crise venezuelana. Tal posicionamento, para

alguns analistas, tira certa força de qualquer ação mais efetiva dos países latino-americanos. Mesmo com a reconhecida importância estratégica do Grupo de Lima, o peso do México na geopolítica continental deve ser considerado antes de qualquer medida.

Operação Acolhida, uma ação efetiva

Se o Brasil ainda tateia seu posicionamento geopolítico na crise venezuelana, o país já vem atuando diretamente desde fevereiro de 2018 em se tratando de ajuda humanitária. Na época, o governo federal lançou a Operação Acolhida, uma força-tarefa para recebimento dos venezuelanos refugiados. A iniciativa, prevista para ser concluída em março de 2019, foi recentemente prorrogada.

A ação está sendo desenvolvida com a participação não apenas de instituições do governo brasileiro, como o Exército Brasileiro, mas também com agências internacionais e órgãos de ajuda humanitária, bem como ONGs. A coordenação está a cargo do Ministério da Casa Civil da Presidência da República, tendo o Ministério da Defesa como o seu principal braço de execução.

A Operação Acolhida foi planejada em três vertentes: ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização. Como parte do ordenamento, foram construídas novas estruturas em Roraima para controle de entrada e recepção dos venezuelanos. Até então, as poucas instalações disponíveis na fronteira entre os dois países se dedicavam mais ao controle de saída dos brasileiros para o país vizinho.

A segunda etapa da operação, o abrigamento, resultou na construção de 11 abrigos em Boa Vista, capital de Roraima. Atualmente, há 7 mil venezuelanos ocupando essas instalações, localizadas no centro da cidade. Se por um lado a localização facilita a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho local, por outro, cria uma preocupação futura para garantir uma desocupação desordenada em Boa Vista após o fim da operação.

A fase que tem se mostrado de mais difícil execução é a de interiorização dos refugiados. Inspirada em políticas de reassentamento idealizadas pela ONU, que originalmente transferem refugiados de um país anfitrião a outro que concorde em recebê-los e assentá-los, a interiorização visa realocar esses imigrantes em outros estados do próprio Brasil. Entretanto, nem todas as unidades da federação têm se mostrado dispostas a receber esses refugiados.

Um equívoco sobre a imigração venezuelana diz respeito à quantidade de pessoas que se dirigiram a Boa Vista. Embora algumas fontes tenham reportado a chegada de 300 mil pessoas na capital roraimense, a verdade é que o número de venezuelanos na cidade não ultrapassou 25 mil em seu auge. Ainda assim, é um impacto considerável, levando-se em consideração que Boa Vista tem uma população em torno de 350 mil habitantes.

A crise do multilateralismo e a busca por soluções

Mais que uma solução imediata para a crise venezuelana, é preciso pensar a situação do país e também da América do Sul no longo prazo. Isso traz à tona a necessidade de se discutir dois importantes conceitos para as Relações Internacionais: a democracia representativa e o multilateralismo.

A história mundial comprova que soluções idealizadas em ambientes multilaterais tendem a ter mais efetividade e a perdurarem por mais tempo. Contudo, devido às crises enfrentadas pelas democracias – não apenas na Venezuela, mas em várias partes do mundo – e ao enfraquecimento das instituições multilaterais, esse protagonismo está em xeque.

Nos últimos dez anos, houve várias tentativas multilaterais para a resolução da crise venezuelana. Diversas entidades do continente americano, como o Mercosul, a Unasul e a OEA, mobilizaram-se para atuar no país, mas as iniciativas resultaram frustradas. Quanto à ONU, suas recentes ações de mediação, inclusive na Venezuela, mostraram-se infrutíferas.

Diante da crise da Unasul, a Colômbia propôs, no início deste ano, a criação de outra entidade multilateral na América do Sul, o Prosul. O bloco diplomático substituiria a Unasul, instituída em 2008 e que vem sendo esvaziada desde o final do ano passado, sobretudo pela guinada político-ideológica que vem ocorrendo no continente.

A proposta colombiana não passou pelo conhecimento prévio do Brasil – segundo analistas, um fato inédito, visto que o país costuma liderar as iniciativas de criação de organismos multilaterais regionais. Isso mostraria que a Colômbia está tentando assumir um protagonismo no continente, talvez com base nas boas relações bilaterais que o país detém com os Estados Unidos.

Um grande revés para o Prosul é que o presidente da Colômbia, Iván Duque, sugeriu que a entidade não permitisse a participação da Venezuela no grupo. Assim, se o organismo pretende desfazer o viés de esquerda e polarizado que, segundo seu idealizador, caracteriza a Unasul, a nova associação também nasceria polarizada. Isso impossibilitaria sua atuação efetiva em mediar situações de conflito na América do Sul.

Segurança elétrica em Roraima e a não-salvação do petróleo

O apagão elétrico ocorrido na Venezuela no início de março aumentou ainda mais a preocupação brasileira. Afinal, a hidrelétrica de Guri, a principal planta de energia elétrica do país vizinho, fornece a maior parte da energia elétrica consumida em Roraima. No passado, segundo informações do Exército Brasileiro, chegaram a ser registrados em Roraima nada menos que dez interrupções de energia por dia.

O estado é o único do país que não faz parte do Sistema Interligado Nacional (SIN). Além de Guri, Roraima depende de termelétricas, que produzem energia elétrica mais cara – a ligação de Roraima com a hidrelétrica venezuelana foi a forma encontrada para diminuir essa dependência.

Contudo, diante da crise no país vizinho, a dependência elétrica de Roraima se tornou uma questão de segurança nacional. Assim, há reivindicações para que o estado reduza ou mesmo anule sua necessidade de receber a eletricidade gerada em Guri. A solução é a conexão de Roraima ao SIN com a instalação de uma linha de transmissão oriunda do linhão Tucuruí-Manaus, que leva energia elétrica da usina de Tucuruí, no Pará, à capital do Amazonas, estado vizinho a Roraima.

Quanto ao petróleo, a história da Venezuela reflete a própria trajetória das flutuações do mercado internacional desse recurso natural. Em 2017, o produto representou 98% das exportações venezuelanas, o que comprova sua extrema dependência do óleo bruto. Além disso, explica a ciclotimia característica da economia do país – e mesmo de sua política.

Durante muitos anos, as altas cotações do petróleo permitiram que as políticas populistas de Hugo Chávez e Nicolás Maduro fossem bem-sucedidas. Com uma balança de exportação favorável e recursos financeiros vultosos à disposição, o governo venezuelano pôde implantar medidas benéficas à população. Contudo, a drástica queda do preço do óleo no mercado internacional a partir de 2015 afetou a situação socioeconômica do país.

A falta de recursos prejudicou também o reinvestimento na exploração petrolífera. Em seu auge, a produção venezuelana de petróleo atingiu 3,5 milhões de barris diários. Com a ascensão de Chávez ao poder, o volume extraído começou a declinar. Atualmente, a produção da Venezuela se situa em pouco mais de 1 milhão de barris diários, e continua em queda.

A principal indústria venezuelana está sucateada. Cerca de 90% dos poços produtores de petróleo estão parados por falta de equipamentos e manutenção. O país ainda sofre com falta de mão de obra qualificada para repor essa produção. No refino, somente 30% do parque está operando, causando escassez de combustíveis. Mesmo assim, a gasolina permanece com preços subsidiados – ainda que para abastecer seus veículos a população tenha de enfrentar imensas filas nos postos de combustíveis.

Há uma grande expectativa de que, com o fim da era Chávez-Maduro, o petróleo volte a se tornar a locomotiva da economia venezuelana e sua mola propulsora de recuperação política e social. Contudo, esse ânimo pode não se traduzir em realidade. Ao menos não em curto e médio prazos.

CONTEÚDO RECOMENDADO

Em crise, Venezuela é rica em reservas de petróleo sub-exploradas



Foto: Adriana Loureiro/ Reuters

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/24/em-crise-venezuela-e-rica-em-reservas-de-petroleo-subexploradas.ghtml>

Cálculos mostram que a Venezuela precisaria de investimentos da ordem de US\$ 20 bilhões anuais, durante um longo ciclo, para recuperar plenamente sua indústria petrolífera. Esse investimento terá de ser necessariamente privado, visto que a estatal PDVSA, sucateada e combalida por sucessivos casos de corrupção, não tem capital suficiente para tal retomada.

Contudo, o investimento internacional somente se dará quando o país der sinais claros de recuperação efetiva de seu ambiente político-institucional. Para isso, será necessária a revisão de todo o aparato legal venezuelano, construído durante o período Chávez-Maduro para dificultar e mesmo impedir a entrada de capital privado no setor petrolífero do país, garantindo o monopólio do mercado venezuelano para a PDVSA.

CONTEÚDO RECOMENDADO

China e Venezuela: uma relação baseada em dívidas



Foto: AFP

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/25/internacional/1548438622_696886.html

Há ainda um equívoco em relação às reservas petrolíferas venezuelanas, apontadas como as maiores do mundo e consideradas por alguns analistas como o grande motivo do conflito com os Estados Unidos. Dos cerca de 300 bilhões de barris das reservas da Venezuela, dois terços são de petróleo ultrapesado da Faixa do Orinoco, um óleo de extração difícil – e cara. Isso inviabiliza sua produção no atual cenário da indústria do petróleo, que busca projetos menos complexos e mais viáveis econômica e ambientalmente.

A própria dependência norte-americana do petróleo venezuelano, que reforça a visão de que o recurso natural é o ponto de embate entre os dois países, é questionável. Hoje, os Estados Unidos são praticamente

autossuficientes, devido às fontes de petróleo não-convencionais desenvolvidas no país nos últimos anos, como o *shale oil* e o *shale gas*.

Por outro lado, o mercado norte-americano permanece como objeto de desejo dos venezuelanos, que já exportaram 1 milhão de barris diários para aquele país. No entanto, mesmo antes das sanções econômicas impostas pelo governo de Donald Trump, as exportações de petróleo venezuelanas não passavam de 400 mil barris diários. Atualmente, após as restrições, estão em 100 mil barris por dia.

O fator Cuba na eleição norte-americana de 2020

Assim, o que parece mover o interesse norte-americano na Venezuela é muito mais uma questão interna, de atração do eleitorado latino para Trump, do que econômica. Isso parece ter relação direta com um país que tem sido um grande aliado dos governos Chávez e Maduro: Cuba.

Venezuela e Cuba são grandes parceiros tanto econômicos como ideológicos. Cuba parece ter visto nos venezuelanos um substituto para a antiga União Soviética, sobretudo na oferta de petróleo a preços subsidiados. E a representatividade de Cuba na esquerda mundial fez do país um exemplo para a Venezuela.

É essa proximidade que, para alguns especialistas, motivaria o maior rigor da política externa dos Estados Unidos em relação aos venezuelanos. Mais do que petróleo, o que parece estar em jogo é o próprio sistema eleitoral norte-americano.

A presença cubana e venezuelana nos Estados Unidos, apontam analistas, pode ser decisiva para os rumos das próximas eleições presidenciais no país. Por essa razão, a crise na Venezuela passou a interessar os norte-americanos, muito mais por interesses domésticos do que por razões externas.

Não é o caso da China. O país tem interesse direto no petróleo venezuelano, e também está na expectativa em relação aos empréstimos que fez ao país. Foram cerca de US\$ 60 bilhões, parte dos quais está sob ameaça de calote pelo governo Maduro.



“ O regime Maduro está agonizante. E o Brasil deve agir para que esse fim ocorra da maneira menos traumática possível, tanto para os venezuelanos como para os vizinhos. Mas o Brasil não deve se envolver diretamente, nem permitir que forças que não sejam organizadas internacionalmente atuem em nosso território”

- Embaixador Marcos Azambuja, Conselheiro Emérito do CEBRI e ex-Secretário-Geral do Itamaraty

“ As coisas na Venezuela estão ficando mais graves do que deveriam estar. Já estive quatro vezes em Roraima, na fronteira, e verifiquei isso de perto. E parte do que acontece hoje no país é também resultado de uma política externa equivocada do Brasil”

- Fernando Gabeira, Jornalista e escritor

“ No longo prazo, soluções pensadas em ambientes multilaterais tendem a ter mais sucesso e a perdurar. Mas estamos vivendo uma crise do multilateralismo, não apenas na Venezuela e na América do Sul, mas em todo o mundo”

- Andrea Hoffmann, Professora de Relações Internacionais da PUC/RJ

“ Hoje temos 7 mil venezuelanos abrigados em Boa Vista, em instalações que nós, brasileiros, construímos. No auge da imigração, Boa Vista recebeu 25 mil venezuelanos. Parece pouco, mas para uma cidade com 350 mil habitantes trata-se de um grande impacto”

- Gen Bda Gustavo Dutra de Menezes, Comandante da AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) e ex-Comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em Boa Vista (Roraima)

“ O petróleo não vai salvar a Venezuela no curto prazo. O país vai precisar de investimentos de US\$ 20 bilhões anuais por muitos anos para recuperar o setor, que está sucateado. E este investimento terá de ser privado. A Venezuela não será capaz de atrair investimento até que recupere alguma segurança política e institucional”

- Jorge Camargo, Conselheiro do CEBRI e ex-Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP)



Biografias

Fernando Gabeira

Foi redator do Jornal do Brasil (1964-1968). Escreveu livros como *"O que é isso, companheiro?"* (1979) e *"O Crepúsculo do Macho"* (1980). Em 1986, candidatou-se ao governo do estado do Rio de Janeiro. Foi presidenciável em 1989. Foi Deputado Federal (1995-2011) no Estado do Rio de Janeiro. Candidatou-se a Prefeito do Rio de Janeiro em 2008 e novamente a Governador do Rio de Janeiro em 2010. Desde 8 de setembro de 2013, Fernando Gabeira apresenta, no canal por assinatura GloboNews, o programa de reportagens e entrevistas *Fernando Gabeira*.

Embaixador Marcos Azambuja

Serviu como Embaixador do Brasil na França e na Argentina, assim como Chefe da Delegação do Brasil para Assuntos de Desarmamento e Direitos Humanos em Genebra. Foi Coordenador da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cúpula da Terra Rio 92). No Ministério das Relações Exteriores, serviu como Secretário-Geral (Vice-Chanceler), tendo previamente atuado em Londres, Cidade do México e Nova York (ONU). Foi membro da Comissão de Armas de Destruição em Massa e do Fórum de Tóquio para a Não proliferação Nuclear e Desarmamento. O Embaixador Azambuja é atualmente membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da Fundação Roberto Marinho.

Gen Bda Gustavo Dutra de Menezes

Atual Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Anteriormente, comandou a 1ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em Boa Vista, Roraima, e subordinada ao Comando Militar da Amazônia. Possui vasta experiência na área de ensino militar, tendo sido instrutor da AMAN, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e comandado a Escola Preparatória de Cadetes do Exército. Atuou no exterior, como Observador Militar das Nações Unidas na Guatemala, como Instrutor do Instituto do Hemisfério Ocidental para Cooperação e Segurança (Fort Benning, EUA) e comandou o Batalhão de Infantaria de Força de Paz, na República do Haiti.

Andrea Hoffmann

Professora Adjunta no Instituto de Relações Internacionais, Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi Professora Visitante na Universidade Livre de Berlim (2012-2015), Universidade de Erfurt (2010-2012) e London School of Economics (2008-2010). Foi pesquisadora visitante no Instituto Universitário Europeu, Florença (2002) e Peace Research Institute Frankfurt (2017). Em suas atividades de ensino e pesquisa atua principalmente nos seguintes temas: Questões de Legitimidade e Democracia na Política Internacional, Governança Global, Organizações Internacionais e Multilateralismo, Regionalismo Comparado com foco na América Latina e na Europa, e Relações Inter-regionais, com foco América Latina-Europa.

Jorge Camargo

Conselheiro do CEBRI e Conselheiro-Sênior da McKinsey & Company. Foi Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) e da Statoil Brasil. Ocupou posições executivas na Petrobras, inclusive a de Presidente da Braspetro e Diretor da Área Internacional. É Conselheiro do Grupo Ultrapar e da Prumo Logística Global.



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Presidente

José Pio Borges

Presidente de Honra

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidentes

José Luiz Alquéres

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Tomas Zinner

Vice-Presidentes Eméritos

Daniel Klabin

José Botafogo Gonçalves

Luiz Augusto de Castro Neves

Rafael Benke

Conselheiros Eméritos

Celso Lafer

Marcos Azambuja

Pedro Malan

Roberto Teixeira da Costa

Rubens Ricupero

Diretora Executiva

Julia Dias Leite

Conselho Curador

Aldo Rebelo

André Clark

Anna Jaguaribe

Armando Mariante

Arminio Fraga

Carlos Mariani Bittencourt

Cláudio Frischtak

Demétrio Magnoli

Gelson Fonseca Jr.

Henrique Rzezinski

Joaquim Falcão

Jorge Marques de Toledo Camargo

José Alfredo Graça Lima

José Roberto Castro Neves

Luiz Fernando Furlan

Luiz Ildefonso Simões Lopes

Marcelo de Paiva Abreu

Marcos Galvão

Maria do Carmo (Kati) Nabuco de Almeida Braga

Renato Galvão Flôres Jr.

Roberto Abdenur

Ronaldo Veirano

Sérgio Quintella

Sérgio Amaral

Vitor Hallack

Winston Fritsch

Conselho Internacional

Albert Fishlow

Alfredo Valladão

Andrew Hurrell

Felix Peña

Julia Sweig

Kenneth Maxwell

Leslie Bethell

Marcos Caramuru

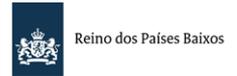
Marcos Jank

Monica de Bolle

Sebastião Salgado

ASSOCIADOS

Em março de 2019



Sócios Individuais

Adriano Abdo
Álvaro Augusto Dias Monteiro
Álvaro Otero
Arminio Fraga
Carlos Leoni de Siqueira
Carlos Mariani Bittencourt
Celso Lafer
Claudine Bichara de Oliveira
Daniel Klabin
Décio Oddone
Eduardo Marinho Christoph
Eduardo Prisco Ramos
Fernando Bodstein
Fernando Cariola Travassos
Frederico Axel Lundgren
Gilberto Prado
Henrique Rzezinski
Jaques Scvirer
João Felipe Viegas Figueira de Mello
João Roberto Marinho
José Francisco Gouvêa Vieira
José Roberto de Castro Neves
Larissa Wachholz
Leonardo Coelho Ribeiro

Marcelo Weyland Barbosa Vieira
Marcio João de Andrade Fortes
Maria Pia Mussnich
Mauro Ribeiro Viegas Neto
Mauro Viegas Filho
Najad Khouri
Paulo Ferracioli
Pedro Leitão da Cunha
Ricardo Haddad
Ricardo Levisky
Roberto Abdenur
Roberto Amadeu Milani
Roberto Guimarães Martins-Costa
Roberto Pereira de Almeida
Roberto Prisco Paraiso Ramos
Roberto Teixeira da Costa
Rosana Lanzelotte
Sergio Zappa
Stelio Marcos Amarante
Thomas Trebat
Tomas Zinner
Vitor Hallack
Winston Fritsch



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Desde 1998, o *think tank* de referência em relações internacionais no Brasil. Eleito em 2018 o terceiro melhor da América do Sul e Central pelo índice global do Think Tanks and Civil Societies Program da Universidade da Pensilvânia.

www.cebri.org